

MOVIMENTO LÉSBICO-INTERSECCIONAL NO NORDESTE: HISTÓRIA E ATUAÇÃO DO GRUPO AFIRMATIVO DE MULHERES INDEPENDENTES (GAMI)

LESBIAN-INTERSECTIONAL MOVEMENT IN THE NORTHEAST: HISTORY AND ACTIVITIES OF THE AFFIRMATIVE GROUP OF INDEPENDENT WOMEN (GAMI)

José Adailton Sousa dos Santos¹

USP: <https://orcid.org/0000-0002-5157-0316>

DOI: [10.21680/1982-1662.2024v7n39ID33914](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n39ID33914)

Resumo

O texto se debruça sobre a história da formação e atuação política do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - GAMI, atuante no Nordeste brasileiro. A partir da etnografia, busca-se à construção da história política e ação do GAMI, bem como descrever sua atuação enquanto coletivo que produz uma luta contra a lesbofobia, o racismo, o machismo e a outras formas de dominação que legitimam desigualdades para as mulheres lésbicas e bissexuais racializadas. Essas dimensões são construídas a partir da participação em atividades, formações e movimentações políticas realizadas pelo grupo. Os dados apontam o GAMI enquanto um coletivo importante, símbolo da luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais no Nordeste, além de se constituir enquanto locus de afirmação das identidades lésbicas e bissexuais, é também um espaço de construção de novas agências para ressignificação de novas práticas de vida e luta.

¹ E-mail: joseadailton022@hotmail.com

Palavras-chave: Movimento Lésbico. Interseccionalidade. Nordeste. Gami.

Abstract

The text delves into the history of the formation and political activism of the Affirmative Group of Independent Women (GAMI), operating in the Brazilian Northeast. Through an ethnographic approach, the study aims to construct the political history and actions of GAMI, describing its role as a collective engaged in combating lesbophobia, racism, sexism, and other forms of domination that perpetuate inequalities for racialized lesbian and bisexual women. These dimensions are constructed based on the group's participation in activities, training, and political movements. The data highlight GAMI as an important collective and a symbol of the fight for the rights of lesbian and bisexual women in the Northeast, as well as a space for the affirmation of lesbian and bisexual identities, and a place for the development of new agencies for the redefinition of life and struggle.

Keywords: Lesbian Movement. Intersectionality. Northeast. GAMI.

Introdução

O movimento lésbico, em paráfrase a Gomes (2019), se constitui como produtor e articulador dos saberes construídos por grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos. É também a ação histórica/política das organizações lésbicas que atuam nas reivindicações das demandas sociais por meio de coletivos e grupos organizados, sindicatos, movimentos de mulheres, ligas acadêmicas, clubes, personalidades artistas e pessoas anônimas (Fernandes, 2018; Silva, 2017; Selem, 2007). O movimento lésbico é a construção do conhecimento teórico e prático de diferentes vertentes e visões, que se geram da vivência da diversidade-classe, raça, geração, espaço geográfico, de mulheres lésbicas que contribuem para a produção dos

diversos feminismos, onde inserem novos aparatos para pensar as diferentes formas de ser mulher lésbica (Santos, 2018).

Referenciando-se como um movimento importante para análise e compreensão dos grupos de lésbicas e movimento lésbico no Brasil, destaca-se a atuação social, cultural e política do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - GAMI. O GAMI atua no Nordeste do país, especificamente em Natal (RN), é um grupo que acolhe, por meio de diversas atividades e projetos, adolescentes, adultos e mulheres idosas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais racializadas (Soares, 2016; Moura, 2008). O público que acessa o coletivo provém dos diferentes cantos da cidade de Natal, com maior frequência estão às mulheres localizadas nos bairros periféricos situados na zona norte de Natal, entre eles: Potengi, Praia da Redinha, Lagoa Azul, Nossa Senhora da Apresentação, Igapó e outros.

No ano de 2023, o GAMI² completou vinte anos de atuação, tornando-se um símbolo histórico de resistência e força na luta pela visibilidade e afirmação da identidade político-social de mulheres lésbicas e bissexuais racializadas. Esse grupo tem resistido e realizado várias ações importantes que vão desde a reivindicação da liberdade sexual ao combate à violência de gênero. Sua luta também está atrelada à redução dos danos causados pela lesbofobia, bifobia, e da dominação patriarcal e colonialista, que produzem racismo e machismo nos corpos de mulheres negras. Além disso, o GAMI é um espaço de socialização para as mulheres, oferecendo uma diversidade de atividades, incluindo escolinhas de futebol, torneios e campeonatos de futsal, formação política feminista, oficina de corte e costura, oficina de música, blocos de carnaval, festa junina, entre outras.

Ao construir a imagem do GAMI, tem-se a responsabilidade desafiadora de falar não pelas mulheres lésbicas, negras e viventes das distintas periferias sociais, mas do lugar de pesquisador/autor. No entanto, parafraseando Audre Lorde (2019), esse lugar, do homem negro e gay é um lugar também configurado como desviante. Dessa forma, há um atravessamento interseccional das linhas de opressão do

² Dada a importância do GAMI enquanto organização política e social na luta pelos direitos das mulheres lésbicas, bissexuais racializadas, convido os leitores a visualizar as atividades da organização disposta em suas redes sociais e sites eletrônicos, a ver: **Instagram-** <https://www.instagram.com/gamimulheres/> | **Facebook-** <https://www.facebook.com/gamimulheres.https://gamimulheres.com.br/batuque-de-mulheres/>.

heterossexismo, raça-colonização e a geografia (me situo enquanto homem negro, gay e nordestino), que impedem a passagem para as vias da humanização dos corpos dissidentes. Assim, não de forma comum, mas semelhante às lésbicas racializadas sente-se o atravessamento do racismo, da homofobia e a xenofobia, sistemas de opressão que também afetam o corpo nordestino.

Os objetos de análises teóricas envolvem a perspectiva histórica das (re) configurações do movimento LGBTQIA+ no Brasil, que produziu novos movimentos sociais e sujeitos com reivindicações diversas. Como bem menciona Pereira (2017), o Movimento LGBTQIA+ é um movimento plural, composto por infinidades de sujeitos (as) que exercem práticas diversas que objetivam modificar a cultura, ampliar os direitos e superar os estigmas e preconceitos que motivam ódio e discriminação contra aqueles que fogem das identidades normalizadas socialmente.

A metodologia utilizada nesse estudo baseia-se na etnografia, enquanto ferramenta metodológica e ao mesmo tempo ciência que produz uma interpretação mais precisa da realidade por meio da pesquisa de campo (Malinowski, 1978), buscando, a partir desse viés o estudo do movimento lésbico na cidade de Natal. A pesquisa foi realizada no período de 2017 a 2019. Os dados foram coletados a partir das observações no grupo, da participação nas atividades, que incluíram formações políticas, intervenções na cidade, participação em passeatas, fóruns e assembleias, atividades de lazer, projetos sociais, atividades esportivas, além de entrevistas com as participantes e coordenadoras do coletivo.

É importante pensar esse caminho etnográfico Shah (2020) como mais do que apenas uma via possível para a produção de novo conhecimento, mas também como algo indissociável da ação política, uma premissa fundamental do fazer antropológico. Toma-se, portanto, como pressuposto na construção desse texto a crítica estabelecida por Santos (2022), ao confirmar que parte da produção literária acerca da história do Movimento LGBT no Brasil privilegiou as experiências dos grupos de militância na região de São Paulo e Rio de Janeiro, mas que agora não dá conta de entender uma luta coletiva que se estabelece por todas as regiões do país, que possui traços culturais diversos.

Propõe-se, neste estudo, abordar o Movimento LGBT como uma narrativa dispersa que se desdobra em diferentes regiões do país, gerando uma diversidade de sujeitos, grupos, organizações e histórias. Dessa forma, para promover o direito à memória e reconfigurar a narrativa histórica, é essencial voltar o olhar para outras pessoas e grupos situados em diferentes contextos, que abordam a questão de maneiras diversas. O objetivo é encontrar um fio condutor que una essas diversas experiências em prol de uma memória coletiva das identidades LGBT.

Assim, há uma necessidade de deslocar o enquadramento das narrativas e ampliar a representatividade desses novos grupos na história do movimento LGBT no Brasil. Entender os movimentos, coletivos e outras entidades organizadas (ou não) de homossexuais, lésbicas, travestis/transsexuais, bissexuais e intersexos é necessário para compreender outras formas de viver e ação política no Nordeste.

O Nordeste conserva marcas e códigos nos corpos, na mente e nas estruturas do Estado, do sistema patriarcal e do colonialismo, que se materializa na formação da família patriarcal, dotada de redes de poder e dependência ligada à escravidão, à exploração capitalista do trabalho, à prepotência senhorial (misoginia) e as heranças das culturas ocidentais (Albuquerque Júnior, 2013).

Silva (2022) destaca que as organizações e movimentos sociais LGBT no interior do Nordeste criam espaços de atuação e tensionamento para as minorias sexuais e de gênero. Isso implica em uma luta constante pela garantia e conquista de direitos, visibilidade e construção de políticas públicas em um território marcado por heranças dos códigos e normas patriarcais. Nesse conjunto, emergem preconceitos e violências direcionadas aos corpos dissidentes de gênero e sexualidade, bem como manifestações de racismo e machismo.

O autor menciona o Nordeste como uma região que foi colonizada pelo cristianismo, onde as igrejas desempenharam um papel fundamental como os primeiros espaços de socialização comunitária. Esse contexto histórico e cultural contribui para a formação de estruturas que, por vezes, perpetuam discriminações e dificultam a aceitação e inclusão das diversidades de gênero e orientação sexual na sociedade nordestina.

Utiliza-se a ideia de “período histórico” como um recurso para organizar a compreensão do leitor em relação aos diversos eventos que compõem a história do Movimento LGBTQI+ no Brasil. No entanto, ao analisar cada período da história, é fundamental compreender as práticas sociais dos indivíduos em conjunto com as mudanças significativas na política, economia, cultura e tecnologia, que exercem uma forte influência na definição desses períodos. É um fato incontestável que a história não é estática e não segue um curso linear. Portanto, em cada período, podemos encontrar diversas histórias a serem contadas e estudadas, que podem ser tanto individuais quanto coletivas.

Outros autores, como James Green (2022) e Quinalha (2022), adotam abordagens diferentes ao pensar o movimento homossexual no Brasil. Green fundamenta sua análise na ideia de “onda”, inspirada em historiadores nacionais e internacionais que utilizam essa categoria para estudar o movimento feminista no final do século XIX e início do século XX. Por outro lado, Quinalha emprega a concepção de “ciclos concêntricos”, argumentando que “um ciclo não precisa se esgotar e finalizar para dar lugar a um novo, sendo possível uma convivência de diversos ciclos, ainda que um ou outro possa assumir a hegemonia a cada momento” (Quinalha, 2022, p. 103).

O período inicial é por uma renovação política, por meio da luta e pressão contra o regime político civil-militar, que pode ser entendido como a “primeira onda” do movimento (1978-1988). Aliado aos movimentos de operários, indígenas, estudantes, prostitutas e demais grupos; homossexuais, lésbicas e travestis passaram a reivindicar o fim do regime militar, propondo ao Estado uma nova Constituinte dando início às primeiras mobilizações homossexuais. O segundo período, é caracterizado pelo advento do HIV-Aids, além da institucionalização de muitos coletivos, o trabalho com Ongs e forte relação com o Estado, no período de 1980-1990.

Entendo a força política e o surgimento das primeiras organizações políticas de travestis e transexuais no Brasil como um ponto importante e o busco entender como um contexto resultante da história do Movimento LGBT, que se organiza em torno do período de 1990 até o presente, com o surgimento das primeiras organizações

políticas de travestis e transexuais. Esse momento também acompanha a chegada da *teoria queer*, as categorias de identidade sexual, gênero e orientação sexual que passam a ser estudadas, politizadas e instrumentalizadas dentro do âmbito civil e estatal. A esse contexto também integro a ideia das redes digitais, inclusive o papel das redes sociais para a construção de ativismo político.

Os estudos etnográficos que abordam o movimento homossexual no Brasil são constantemente atrelados aos estudos de MacRae (2018), Green (2022), Facchini (2002), Simões (2009) e Aguião (2014, 2018). Os respectivos autores MacRae e Green analisam a formação do SOMOS em 1978 como o primeiro grupo de grupo de homossexuais no Brasil, que se reúne em São Paulo para discutir sobre a sexualidade e as questões relacionadas à vivência homossexual no contexto da década de 1970 atravessada pelas nuances da discriminação, que impunha uma vivência no "armário", em guetos, bares ou espaços clandestinos (Macrae, 2018). A atuação do SOMOS serviu de referência para o surgimento de outros grupos de homossexuais em várias regiões do país, inclusive no estado do Rio de Janeiro (*Triangulo Rosa*), e no Nordeste (Grupo Gay da Bahia- GGB, *Bahia*, *Dialogay*, *Aracajú*, Grupo de Atuação Homossexual, *Olinda* e, o Nós Também, em *João Pessoa*), durante a década de 1980.

Ao analisar a organização do SOMOS, Green (2022) destaca que na primeira onda do movimento homossexual, nos anos de 1978, houve um processo de centralização do movimento. A ideia era criar uma identidade para o movimento, servindo de base política para outros grupos que pudessem surgir em outras capitais, como foi o caso do grupo Triângulo Rosa no Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia (GGB). Essa centralização do movimento homossexual foi organizada em torno de eixos de *atuação e representação*. Desse modo, foram em sua maioria homens brancos de classe média que construíram as primeiras formas de organização política do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) com uma parcela pequena de mulheres lésbicas. Embora a homossexualidade fosse um tema que unia todos os envolvidos nas primeiras organizações, havia um problema central, o regime civil-militar, que também se tornou uma questão a ser discutida entre os participantes.

Naquele contexto, os homossexuais passaram a estabelecer conexões com outros movimentos sociais, como trabalhadores, estudantes, feministas, negros e

indígenas. No entanto, não era desejo de alguns membros dos primeiros grupos de homossexuais estabelecer alianças entre o movimento homossexual e partidos de esquerda, nem apoiar pautas diretamente vinculadas às ideologias desses partidos.

Green (2022) cita uma série de problemas e circunstância que ocorre nos primeiros grupos de homossexuais no período de sua formação e que levaram ao declínio e o fim dessas organizações no final da década de 1970. Falta de recursos financeiros, discordâncias pessoais entre os membros e divergências nas ideologias políticas são alguns desses problemas. A abertura democrática também fez crer para a maioria dos gays e lésbicas que não precisavam mais se organizar. Essa nova necessidade de organização retorna quando em 1982 é confirmado o registro dos primeiros infectados pela Aids, associada de forma comumente preconceituosa e estigmatizante aos homossexuais, o vírus passa a ser um mecanismo de reprodução de novos discursos e ações de homofobia aos homossexuais, nesse cenário a homossexualidade é reconfigurada no cotidiano e no saber médico como uma nova patologia, sendo os homossexuais alvos da vigilância médica e do social.

Com o surgimento da Aids, o movimento homossexual passou a reivindicar ao Estado a criação de políticas públicas que abordassem diversas questões relacionadas à saúde da população. Especialmente voltada para o tratamento e prevenção da Aids, foi estabelecida uma aliança política entre o Estado e os movimentos sociais em todo o país. Essa aliança tinha como objetivo desenvolver políticas e estratégias de saúde para avançar no tratamento e prevenção da doença com auxílio de cooperações internacionais como o Banco Mundial (Projeto de Controle da Aids - AIDS I) e a Fundação Ford.

Aguião (2018) propõe que a epidemia de Aids desencadeia um processo de reorganização do movimento LGBT, conduzindo-o a uma ação "político-administrativa". Nesse contexto, parte dos grupos de reivindicação de direitos transforma-se em organizações não governamentais (ONGs). Esse redirecionamento conduz a uma dinâmica centrada na captação de recursos, por meio do desenvolvimento de projetos, competição por financiamentos e busca de recursos e canais de interlocução nos âmbitos governamentais. O novo cenário evidencia os movimentos sociais e as demandas relacionadas à Aids como espaços de disputa por

capitais financeiros e investimentos alinhados a um plano de desenvolvimento econômico do capitalismo.

A partir dos anos 1990 o movimento homossexual no Brasil já estava fortemente organizado. Após a epidemia da Aids houve uma reconfiguração do movimento homossexual, e as ações que antes ocorriam principalmente em espaços públicos, como ruas e universidades, passaram a ser realizadas em espaços institucionais do Estado por meio de conferências, seminários e palestras voltadas as políticas de saúde Facchini (2002). No contexto da Aids, os homossexuais criaram ferramentas de organização e atuação política de acordo com as suas necessidades que estavam atreladas ao direito e à representação política.

Em 1990 novos grupos e associações começaram a surgir de forma mais espontânea, buscando visibilidade, espaço e representação nas relações políticas. Simões (2009) aponta que os encontros de homossexuais já aconteciam com periodicidade e com aumento de números de grupos presentes. Já as lésbicas já começam a organizar os seus encontros específicos a partir do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996. E em 1992, é criada a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), uma importante organização que consolida o aparecimento do movimento organizado de Travestis e Transexuais (Jesus, 2018; Facchini, 2002).

Com o passar do tempo, o movimento que antes era conhecido como Movimento Homossexual passou por uma reconfiguração e começou a abranger uma diversidade maior de identidades e orientações sexuais. A inclusão de novas letras no acrônimo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) foi uma resposta política para reconhecer e representar as diferentes experiências e lutas dentro da comunidade. Conforme Facchini (2002), essa evolução levou ao uso de termos como GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais), posteriormente abreviado para LGBT³ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), e atualmente se estendeu para LGBTQIA+

³ No texto de Carvalho (2018), o autor propõe a ideia de que as categorias "trans" e "transexual" começaram a ser utilizadas pelos movimentos sociais no Brasil, inclusive dentro do "movimento trans" ou "movimento transexual", a partir da segunda metade dos anos 1990. No próprio movimento LGBTQIA+, o "T" que representa o termo "travestis" foi adicionado a "gays e lésbicas" no Encontro de 1997, e os termos "bissexuais" e "transexuais" foram incluídos no Encontro de 2005 (Simões; Facchini, 2009, p. 15).

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers e Intersexos, Assexuais, e o sinal "+") para incluir outras identidades e orientações não explicitadas na sigla.

Essas mudanças refletem a crescente conscientização sobre a diversidade dentro da comunidade LGBTQIA+ e a importância de garantir a representatividade e os direitos de todas as pessoas que enfrentam formas variadas de discriminação e opressão com base em sua orientação sexual, identidade de gênero ou características sexuais. Cada letra adicionada à sigla representa uma luta específica e a tentativa de criar uma identidade social e política que abarque a pluralidade de vivências e experiências presentes nessa comunidade.

Feminismo lésbico e interseccionalidades

Tendo em vista os sistemas de dominação baseados na ordem de gênero, raça, classe e outros marcadores de opressão, insiste-se que há forças de opressão que incorrem na homogeneização e padronização da sexualidade negra nos corpos de homens e mulheres. Toma-se como pressuposto a ideia da pesquisadora travesti negra Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) que, ao pensar os sistemas de poder e dominação baseados na disciplina dos corpos negras/as/es, expõe que homens negros são disciplinados pelas instituições de poder a ter comportamentos padronizados/disciplinados. Desse modo, o que foge o padrão/norma/disciplina passa a ser tratado como anormal, desviante, digressivo, marginal ou subalterno. Assim, pelas vias da dominação dos padrões da heterossexualidade, branquitude e outras economias punitivas, corpos de indivíduos negros gays afeminados, travestis, viados e bichas, lésbicas passam a ser caçados, punidos, excluídos e mortos cotidianamente.

A autora também expõe a necessidade de repensar a figura dos homens negros, por meio de uma dimensão interseccional. Ela expõe que os homens negros estão para além das construções comuns do imaginário que os identificam enquanto figura masculina, heterossexual, violento e de pênis grande. O homem negro, ao não introjetar esses signos acabar vivenciando outras opressões, inclusive dentro do próprio movimento homossexual. Nascimento (2021) também questiona essa dimensão dentro do movimento feminista ao invisibilizar e excluir mulheres travestis e mulheres transexuais. Muitas vezes, o movimento captura os discursos dominadores, fazendo

uma nova reificação das violências, incluindo o racismo. Assim, o corpo negro, o corpo das bichas, dos viados, dos velhos, dos deficientes físicos, dos gordos, das lésbicas e outros corpos desviantes foram e continuam sendo invisibilizados e tratados como desumanos por não estar alocados na padronização do (cis)-sistema (Oliveira, Megg, 2017; Nascimento, 2021).

Tendo em vista a homogeneização do homem negro e universalização da sua identidade, discute-se, mais que isso, a universalização da categoria mulher, que também opera pelas vias do (cis)-sistema (Nascimento, 2021) e da dominação. Para Audre Lorde (2019), a luta das mulheres e dos homens negros é pela afirmação de suas identidades e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento das diferenças. Assim, ela infere que, em movimento oposto, mulheres negras se unem para modificar as estruturas que causam uma opressão diferente da que sofrem os homens. É importante enfatizar que a autora menciona que a luta das mulheres negras não deve ser vista como ameaça aos homens, exceto para aqueles que reproduzem os sistemas de violência às mulheres. Em outro sentido, Audre Lorde (2019) enfatiza a necessidade de respeito dos homens à liberdade das mulheres de criar laços íntimos entre as próprias mulheres negras (ou brancas), portanto, mulheres negras não devem ser vistas como ameaças.

Ademais, também não devem ser vítimas da lesbofobia pelo fato de não desejarem os homens negros. Para a autora, “a lésbica negra tem sofrido constantes ataques tanto de homens negros quanto de mulheres negras heterossexuais.” (Lorde, 2019, p. 60), e das mulheres brancas do feminismo eurocentrado. Mulheres lésbicas negras sofrem com o racismo, o sexismo, a lesbofobia, o preconceito de classe, geração assim como mulheres heterossexuais negras, que também em sua maioria são os principais alvos de estupro, violência sexual, do não acesso aos serviços de saúde, a educação, emprego e outras necessidades das dimensões da vida social. Para um início de rompimento da dominação, Lorde (2019) aposta na autodefinição-determinação das mulheres negras, que seria o reconhecimento de sua potencialidade de luta engajada para transformação, ação que provem de um feminismo negro.

Pensar o feminismo negro exige uma ética de análise para interpretar a ação de

mulheres negras, que na vivência do cotidiano permeado pelas linhas da opressão de raça, classe, gênero e sexualidade constroem formas subversivas para romper com as diversas estruturas de dominação. Collins (2017), ao citar a intelectual afro-americana June Jordan e sua importância enquanto ativista e intelectual aprofunda o pensamento de June Jordan em construir uma narrativa de luta em busca pela liberdade de homens e mulheres afro-americanos, que implicou em uma das pautas do feminismo, a busca pela liberdade. Uma das dimensões almejadas atreladas à noção de liberdade envolve viver sem ser afetada pela violência do racismo, sexismo, da exploração de classe, xenofobia e homofobia, ideologias que são instrumentalizadas pelo colonizador e pelos dominantes para manter-se na estrutura e promover seus poderes. June Jordan argumentou que o feminismo negro exigia esforços contínuos para desmantelar a intersecção, as relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade, que reproduziram as injustiças sociais de uma geração à outra. Mas ela também viu que as mulheres afro-americanas jamais poderiam ser livres se perseguissem apenas o próprio interesse (Collins, 2017).

O feminismo negro é a voz e ação de mulheres negras nos diferentes contextos locais e geracionais, é também a sólida base do pensamento acadêmico negro por meio de intelectuais negras que apresentam visões diferentes do “eu, da comunidade e da sociedade” (Collins, 2019, p. 32). Collins (2019) reitera que o feminismo negro, antes de ser uma produção teórica de mulheres negras, é a dialética e o ativismo contra a opressão “enquanto situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (Collins, 2019, p. 33). No cenário dos Estados Unidos, a autora destaca que mulheres negras passaram a viver a opressão da raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, além de outras dimensões violentas. Todavia, raça, classe e gênero são símbolos característicos de violências alvejadas às mulheres americanas, especialmente as de cor. Essa discussão pode ser mais bem compreendida ao repensar a história das mulheres negras nos Estados Unidos, tomando como ponto de referência a obra de Angela Davis (2016), que analisa as diversas formas de experiências de mulheres negras na formação dos estados americanos, partindo desde a experiência da escravidão aos diferentes contextos de lutas. Essa análise profunda configura em

pensar de forma interseccionada raça, classe e gênero enquanto elementos constituintes de um sistema de opressão violento.

A antropóloga brasileira e feminista negra Lélia Gonzalez (2020) já mensurava de forma cirúrgica e profunda as nefastas violências experienciadas pelas mulheres negras no Brasil, se sobressaem, principalmente o sexismo e o racismo. Lélia Gonzalez (1984) evoca o racismo enquanto uma *neurose da cultura brasileira* e o *sexismo* enquanto violências sobre os corpos negros, em particular os das mulheres negras. O racismo passa a ser o elemento constituinte de experiência cultural que se revela nas manifestações mais ou menos conscientes, de modo que o sexismo é a objetificação sexual, baseada na construção imaginária e simbólica da escravidão que impõem às mulheres negras nos signos de: mulata, mucama, empregada doméstica, trabalhadora, vendedora etc. Esse lugar é sempre o da invisibilidade, da subalternidade e não o da agência, do movimento, do protagonismo.

Tomando os marcadores sociais de raça, classe/casta, gênero, orientação sexual, deficiência, geração e outros elementos como sistemas constituintes de domínio de poder e opressão (Crenshaw, 2002), entende-se que esses elementos podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivas para determinados grupos de mulheres. Em análise, Akotirene (2018) destaca que a interseccionalidade revela mulheres negras posicionadas fora das avenidas da cisgeneridade branca, são mulheres de cor, lésbicas, terceiro mundistas, que são interceptadas pelo trânsito das diferenças geradas pela colonização e colonialidade.

Reitera-se, como elemento empírico, a necessidade de refletir sobre as experiências das lésbicas negras e os múltiplos atravessamentos das violências, tais como o machismo, a lesbofobia, o racismo e outros marcadores. Nessa dimensão, busca-se compreender como essas diversas formas de violência afetam esse grupo específico⁴. Recupera-se a cartografia realizada por Lima (2018) sobre os modos de vida, as adversidades, os desafios e os enfrentamentos vivenciados por lésbicas negras

⁴ É importante destacar que existem outras perspectivas e análises sobre violência enfrentadas por mulheres lésbicas. Nesse sentido, é recomendável consultar o trabalho de Silva Oliveira, Rayane, (2017), que discute as diversas nuances das violências que atravessam gays e lésbicas. OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva. *As diferentes formas de expressão da homofobia e as variações nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN*. Dissertação de Mestrado. Brasil, 2017. (<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24032>).

no Brasil.

A violência contra as lésbicas, de modo particular, difere daquela que acomete os homens gays, uma vez que as lésbicas são atravessadas pelos signos, discursos e práticas de opressão ditados pelos homens, que, por meio da heterossexualidade compulsória, determinam o controle sobre o corpo e o desejo feminino (Rich, 2010). Marcadas pelo gênero e pela orientação sexual, as lésbicas cotidianamente reagem aos sistemas de violência que se traduzem na invisibilidade da existência lésbica, estupros corretivos, segregações em espaços, interdição de direitos e exclusão no acesso à saúde, fetichização do corpo e importunações sexuais (Rich, 2010; Oliveira, Rayane, 2017; Oliveira; Machado, 2023).

Salienta-se que a forma como as lésbicas⁵ vivenciam suas experiências afetivas, as relações de sociabilidade e até mesmo as violências varia quando acionamos marcadores sociais da diferença, como raça, classe, território geográfico e outros. Esses marcadores constituem-se como produtores de relações de poder que, ao serem acionados, se manifestam de formas distintas, gerando situações de vulnerabilidade variadas.

No caso das mulheres negras essa violência chega de diferentes modos, inclusive por meio de injúrias raciais, estupro-corretivo, espancamento e assassinatos (Lima, 2018). Em um exercício cartográfico, a autora constrói as experiências de violências enfrentadas por Denise Ribeiro da Silva, morta a facadas. O autor do crime teria ficado com ciúmes pelo fato de sua companheira estar sendo assediada pela mulher de Denise, o autor também fez de vítima uma travesti. O outro caso é de Priscila Aparecida Santos da Costa, assassinada por arma de fogo, após reagir ofensas lesbofóbicas. Depois, o caso de Luana Barbosa, morta em uma abordagem policial. Luana Barbosa foi abordada e com eles se desentendeu, sendo brutalmente agredida por três policiais militares na frente de seu filho, vizinhos, mãe e irmã. O último caso

⁵ Sobre os trabalhos que abordam a questão acima destacada, cito ao leitor (a) a contribuição dos estudos realizados por: FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres,(homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1607367>. Acesso em: 15 set. 2023.

SOARES, Gilberta Santos. *Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil*. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23896>. Acesso em: 15 set. 2023.

é da vereadora Marielle Franco. Marielle foi vítima de uma execução, ela e o motorista Anderson foram alvejados por disparos de armas de fogo. A morte de Marielle também significou uma luta permanente contra um estado fascista e autoritário que nega a todo momento o direito à existência para mulheres negras, faveladas e mães. Os casos mencionados, de modo particular, foram praticados às lésbicas racializadas, fortemente direcionado àquelas que performam uma identidade masculinizada ou que estejam transgredindo as relações de poder definidas para homens-cis, heterossexuais e brancos, como foi o caso da vereadora Marielle, vítima de um crime.

Como destacam Blaud, Caetano e Rangel (2020), diferentes teóricas já assumiam uma posição bem distinta do feminismo tradicional, ao repensar as experiências das mulheres quanto à sua sexualidade e condição cultural. Autoras como Rich (2010) e Wittig (2006) irão pensar a lesbianidade para além das práticas sexuais, inserindo-a no campo político e social, incitando a ação política contra a opressão de mulheres, independente da orientação do desejo sexual. Jules Falquet (2006) denuncia a invisibilidade lésbica no interior do movimento feminista, principalmente das lésbicas negras e Audre Lorde (2019) irá repensar o feminismo que estava amparado em modelos eurocentrados que percebia a mulher universal (heterossexual-branca e classe média). Dessa forma, essas autoras questionam a universalização do conceito de mulher e propõem novas ideias para repensar outros contextos e experiências de mulheres, notadamente as experiências de mulheres lésbicas racializadas.

Entende-se que as análises evocadas pelas autoras ajudam a construir uma nova perspectiva no entendimento das relações de poder e opressão às mulheres, também abrem caminhos para pensar um feminismo lésbico-interseccional, de modo que as diferenças sejam percebidas a partir das suas experiências, das estruturas de poder, das matrizes de formação, do (neo)-colonialismo, do neoliberalismo e da formação das novas identidades políticas e subjetivas.

Feminismo Lésbico Interseccional do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI) no Nordeste Brasileiro

O Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - GAMI foi fundado no ano de 2003, por Maria Goretti Gomes, em uma data simbólica que é o vinte e nove de agosto, “Dia da Visibilidade Lésbica”. O grupo surgiu da luta de mulheres lésbicas em Natal, que atuavam nos espaços políticos em busca do reconhecimento dos seus direitos sociais e políticos. Goretti, mulher negra e lésbica, atuou no movimento gay, que depois passou a ser denominado de movimento LGBT, e atualmente LGBTQIAP+. Em 2003, juntamente com outras doze mulheres, Goretti fundou o GAMI. No trabalho de Silva (2017), a autora destaca que conheceu Goretti no ano de 2011, no “Seminário de Fortalecimento e Formação da LBL-Nordeste”, realizado pelo GAMI. Ela ressalta a imagem de Goretti como uma imagem do feminismo popular e periférico. Atualmente, destaco a imagem dela, como importante figura política do feminismo negro-periférico e feminismo lésbico no Nordeste do Brasil, sendo reconhecida nacionalmente por sua luta histórica em prol dos direitos das mulheres. Como assinala Martinez (2011), o feminismo periférico surge após a segunda onda do movimento feminista, trazendo novos grupos de mulheres que se diferenciavam do feminismo tradicional. Esse feminismo é constituído por mulheres analfabetas, deficientes, lésbicas, prostitutas, transexuais, jovens negras de diferentes contextos socioculturais, além das imigrantes e migrantes do terceiro mundo.

O feminismo lésbico interseccional do GAMI é composto em sua maioria por mulheres lésbicas de cor e periféricas, residentes no Bairro da Redinha e em outros bairros vizinhos da Zona Norte como Parque Floresta, Jardim Lola, Mãe Luíza e Igapó. Essas áreas foram escolhidas como locais de atuação do grupo devido à alta vulnerabilidade de jovens à violência, ao preconceito racial, à pobreza e à exclusão social. Assim, por meio das atividades e projetos, o GAMI tem lutado contra o racismo, o preconceito de classe e à discriminação por orientação sexual. Como exemplo, presenciei no campo, uma atividade realizada pelo GAMI em conjunto com a LBL no ano de 2017, nos dias 17 a 19 de novembro: o “Encontro Estadual de Lésbicas e Negras Populares de Natal-RN”, cujo subtema era “Contra o Racismo e a Violência”. Pelo Direito à Liberdade. Nesse encontro, estiveram presentes duas representantes da

LBL-BA, Erica Capinan e Altamira Simões, ambas mulheres negras, que conduziram a atividade para um público composto de estudantes universitárias, mulheres do feminismo negro do Rio Grande do Norte e de João Pessoa, além das integrantes do grupo. Embora fosse um evento direcionado para as mulheres negras, mulheres brancas, uma mulher-trans e um homem-trans também participavam da discussão.

Podemos destacar três pontos importantes de análise que consolidaram o surgimento do GAMI: o primeiro ponto, é a saída das mulheres lésbicas do grupo GHAP para a formação de um grupo específico de lésbicas, deixando de lado as questões relacionadas aos homossexuais masculinos e às travestis, o segundo momento é marcado pela busca de uma autonomia política, com reivindicação de direitos específicos para as mulheres lésbicas e bissexuais. Já o terceiro momento, podemos considerar, como a busca pela visibilidade lésbica nos espaços públicos e privados da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste e a nível nacional.

Analisando o primeiro ponto, podemos observar que o GAMI segue um percurso semelhante ao do primeiro movimento de lésbicas no Brasil, conforme relatado por Fernandes (2015), Green (2015) e Facchini (2002) na história do Lésbico-Feminista LF, do Grupo de Ação Lésbica Feminista-GALF e do Grupo Somos. Suponho a partir das ideias dos referidos autores, que em Natal ocorreu um processo de descentralização do movimento homossexual. A ênfase na delimitação de identidade lésbica e a disputa por visibilidade dentro do movimento resultou na produção de novos sujeitos, principalmente na formação de um coletivo específico de mulheres lésbicas. É possível observar que, a partir dos anos 1990, houve uma mudança na linguagem utilizada para designar esses novos sujeitos, onde “a própria noção de homossexualidade praticamente desaparece de textos acadêmicos e do vocabulário político” (Facchini, 2018, p. 39), cedendo espaço para outros conceitos reconstruídos por feministas e autores e autoras transexuais/travestis, tais como travestis, transexuais, lésbicas, sapatão, bichas, queers e intersexos.

Em consonância com o pensamento de MacRae (2018) e Simões e Facchini (2009) a diferenciação dos sujeitos homossexuais é causada por uma série de questões, as dimensões mais precisas para esse processo está subentendido nas seguintes nuances: igualdade em detrimento da diversidade, embora os primeiros

grupos de homossexuais buscassem a igualdade entre seus membros, frequentemente posições de prestígios e poder eram sempre ocupadas por homens, excluindo assim as mulheres; a heterogeneidade, em busca do reconhecimento de suas identidades muitos sujeitos perceberam que suas identidades não eram reconhecidas dentro dos movimentos mistos, como foi o caso das mulheres lésbicas, que romperam com os grupos de gays e produziram novos grupos específicos de lésbicas, e de homens gays negros que sofriam discriminação por pessoas brancas e fundaram coletivos de gays negros. Para além dessas explicações, Aguião (2014) menciona a relação entre movimento LGBT e Estado, que fizeram pôr em necessidade para os grupos o estabelecimento de identidades sólidas, pela necessidade de organizar arsenais de reivindicações adequadas às gramáticas e retóricas do campo político, e, à busca e disputa por recursos financeiros frente ao Estado e a outras organizações promotoras de capitais.

Neste percurso, o GAMI nasceu como um subgrupo do Grupo Habeas Corpus Potiguar-GHAP. O GHAP, criado em 1992, foi um dos primeiros grupos de organização homossexual da cidade de Natal. Ele contava com a militância de gays, lésbicas e travestis. De acordo com Moura (2008), o Movimento Homossexual na cidade de Natal surgiu no ano de 1988, no auge da formulação da nova Constituição brasileira. Um grupo de homossexuais se reuniu em uma boate da cidade para debater acerca da nova Carta Magna do país. Os deputados federais e senadores representantes do estado do Rio Grande do Norte na Câmara e no Senado foram convidados a participar desse debate, mas não compareceram. Porém, somente em 1991, foi realizado o I Encontro de Homossexuais do RN, que resultou a fundação do primeiro grupo gay da cidade de Natal, o Grupo Oxente de Libertação Homossexual (GOLH).

Em 1992, a partir desse mesmo grupo, surgiu o Grupo Habeas Corpus Potiguar-GHAP (Moura, 2008, p.99). O GHAP se consolidou como organização de referência na luta por direitos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis. No entanto, informações fornecidas por antigos membros GHAP e inclusive pelas coordenadoras do GAMI apontam para um declínio do grupo na cidade, principalmente pela falta de renovação de seus integrantes e a perda de representatividade política. Além disso, surgiram divergências em relação aos segmentos lésbicos, travestis e transexuais que

ocasionaram a formação de outros grupos na cidade, às vezes com menor ou maior atuação política.

Do GHAP são descendente o GAL-Grupo de Ação Lésbica e a ATREVIDA-RN (Associação de Travestis Reencontrando a Vida), que tem a transexual Jaqueline Brasil como sua representante. Antigos integrantes do GHAP também fundaram o Fórum LGBT Potiguar composto pelos grupos: Grupo Afirmação Homossexual Potiguar, Apolos, Grupo de Articulação Lésbica do RN, Atrevida-RN e Guddes. A formação desses grupos também acompanha uma nova conceituação para o movimento, que passa a ser denominado de Movimento LGBT, ou LGBTTT, LGBTTTQI, LGBTQI+ ou LBGT* que segundo Trevisan (2018) “compreende um et cetera interminável (Trevisan, 2018, p. 48). Esse fenômeno, denominado pela própria Facchini (2002) por “sopa de letrinhas” e por Trevisan (2018) como “multiplicação das letrinhas identitárias” marca um processo do agenciamento de novos sujeitos em busca de um espaço e demandas políticas.

Quanto ao GAMI, o grupo funcionou como subgrupo do GHAP até o ano de 2007. Ele surgiu da necessidade das lésbicas de se reunirem e debater suas temáticas, que muitas vezes não eram abordadas pelos homens gays que coordenavam o grupo. Principalmente as questões interseccionais marcadas pelo gênero, raça, classe e sexualidade que se constituem enquanto identidades e faz emergir múltiplas experiências de ser mulher lésbica (Santos, 2018). As coordenadoras destacam que, naquela época, mulheres enfrentavam exclusão nas discussões políticas e, frequentemente, eram alvo de comentários machistas ou preconceituosos em relação a sua sexualidade e cor. As lésbicas em Natal sentiam falta de discussão sobre demandas interseccionais relacionadas à situação das mulheres lésbicas, como feminismos, gênero e raça. Naquele contexto, as discussões eram mais centralizadas na homossexualidade dita masculina e não sobrava espaço nas agendas de decisões dos encontros para pautar as reivindicações das mulheres.

Nessa perspectiva, percebe-se que as bases das discussões de modo geral do GAMI são sustentadas a partir das ideias interseccionais, sendo raça, gênero, classe social e orientação sexual os marcadores sociais de imposições mais problematizados pelas mulheres do grupo. Partindo das ideias problematizadas pelo feminismo negro à

luz das autoras Ribeiro (2018), Akotirene (2018) e Crenshaw (2002), que trazem o debate sobre raça, infere-se que o debate sobre as experiências de lésbicas racializadas e mulheres bissexuais não podem ser mais tomados como classificações comuns e redutíveis, às mesmas experiências de mulheres heterossexuais brancas. Haja vista que os discursos, práticas ou formas de subjetividades não são práticas homogêneas, mas um complexo orgânico com aspirações e interesses diversos baseados nas “diferenças” entre as relações construídas sob os domínios de poder.

Dentro do GAMI, a compreensão de que, na periferia, as mulheres negras, sendo elas lésbicas, heterossexuais, bissexuais ou transexuais, experienciam o gênero, a raça e sua orientação sexual de forma diferenciada é percebida a partir de vários pontos. Pela sua ação política em reivindicar sempre um lugar de fala por meio dos congressos e ações no qual destacam sempre a sua cor, o seu espaço geográfico, a orientação sexual e classe econômica. A fala das integrantes também serve para situar o que é ser uma lésbica na periferia e como experimentam essa realidade frente às outras lésbicas que moram na Zona Sul, região nobre da cidade de Natal. Como é o caso da fala do Veio⁶, uma das entrevistadas dessa pesquisa, que percebe o quanto essa diferença, a ver:

É o caso da Zona Norte, Zona Sul...Eu acho assim que no meio de nós lésbicas existe também os preconceitos, como é que se diz... de classe, de classe social, porque tem muitas companheiras Zona Sul a gente ver que elas nos rejeitam porque nós somos Zona Norte de periferia por causa, talvez, do status dela que seja melhor do que a gente. Alguma coisa assim, isso deveria acabar porque nós somos a um objetivo só, não importa a classe média, a classe baixa e classe baixa, preta branca feia ou bonita não! A gente tem que lutar, porque se a gente está lutando sobre um preconceito existe em tudo, não só na nossa “opção sexual” até mesmo na nossa convivência e dentro dos grupos a gente ver muita condição desse estilo.

Veio traz o que pode ser identificado enquanto “estigma” (Goffman, 1988), que o fato de morar na Redinha sofre o preconceito social e racial, da classe e de sua orientação sexual quando se desloca para outros espaços da cidade, principalmente

⁶ Entrevista concedida por Neide (Veio) no dia 9 de março de 2019, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Neide atende também pelo nome de “Veio”. Ao questionar seu nome, Neide me falou que eu poderia chamá-la assim como as demais pessoas a identificavam, como *Veio*. A partir de então decidi usar o “apelido” cedido pela entrevistada para a identificar dentro da escrita do texto. Veio é também umas das frequentadoras do GAMI mais antiga dentro do grupo, também já atuou em sua coordenação.

para os bares LGBTs de Natal, em busca de um lazer ou um encontro casual.

Embora as mulheres também exercessem um papel importante na organização do GHAP, segundo Goretti “as pautas lésbicas e reivindicações eram ainda marginalizadas”. Santos (2018) destaca a importância de entender que, devido aos marcadores de raça, gênero e classe, as reivindicações das lésbicas negras muitas vezes não chegam aos movimentos sociais, ocorrendo a invisibilidade dentro do movimento negro, feminista e no interior do movimento LGBT.

A separação do GAMI do movimento misto ocorreu na Parada Gay de Natal do ano de 2007. Segundo as narrativas de Goretti e Marlene, coordenadoras do grupo desde o seu surgimento o rompimento se deu a partir de um racha na parada gay, evento promovido pelo GHAP na Praia do Meio, o evento acontecia todos os anos em Natal e do qual muitas vezes o GAMI não participava ativamente por não se sentir representado.

Atualmente, o GAMI ocupa diversos espaços políticos locais e nacionais. Após anos de luta, o grupo passou a desempenhar um papel dinâmico e multidimensional na relação com a sociedade civil e o Estado. Portanto, pode ser entendido como um grupo de mulheres lésbicas com ideias feministas e antirracista que, citando Alvarez (2014, p. 17), “se expande para além da sociedade civil” pois, tem buscado ampliar sua participação não só no espaço da sociedade civil, mas nas diferentes instâncias e organizações municipais, estaduais e nacionais. O conceito de “teia” (Alvarez, 2014) é utilizado para exemplificar a forma de como o grupo tem organizado estratégias para garantir sua visibilidade em diversos contextos.

Como exemplo, o GAMI, que luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais racializadas, estabelece conexões com diferentes agrupamentos. No Conselho Municipal da Mulher-SEMUL, representa o segmento lésbico. Além disso, participa do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte e do colegiado do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, e busca uma relação com o Conselho Estadual de Saúde. O grupo também possui parcerias com a Secretária de Serviço Social e Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Natal e Secretaria de Estado da Justiça e

da Cidadania (SEJUC). Em âmbito nacional, o GAMI faz parte da Articulação de Mulheres Brasileiras e representa a Liga Brasileira de Lésbicas-LBL no Rio Grande do Norte.

O grupo também tem sua dimensão social, e alguns dos projetos que já passaram pelo GAMI e que ainda persistem são: Projeto - Virando o Jogo, Projeto - Faça bonito entre em campo, Elas nas exatas - transformação social para jovens adolescentes mulheres no campo da tecnologia e ciência, Projeto - Escolinha de Costura Industrial. Dentre essas atividades, destaco a escolinha de futebol como um dos projetos mais instigantes do grupo, sendo uma das primeiras atividades visitadas durante o trabalho de campo. Durante minha primeira visita ao grupo, conversei com Goretti sobre as diversas atividades que o grupo realiza, e ela ressaltou a importância da escolinha de futebol do GAMI. Permite-me, então, a questioná-la como essa escola de futebol funcionava, e ela descreveu da seguinte forma:

É uma ação desenvolvida pelo GAMI que tem o apoio da comunidade e de outros parceiros que busca inserir o futebol na vida das meninas que moram aqui no bairro da Redinha. Assim, a prática do esporte para essas meninas tem se tornado um espaço de lazer, socialização, formação pessoal e até mesmo um aperfeiçoamento para se inserir na prática esportiva de forma profissional.⁷

Em um outro estudo⁸ percebo o futebol no GAMI como um espaço de sociabilidade de interação entre os diferentes grupos de mulheres. É um espaço do qual as mulheres se apropriaram para desempenhar um esporte do qual são excluídas, estabelecendo novas práticas de associação, reafirmando suas identidades e desconstruindo determinados valores sociais impostos ao futebol, como sendo um espaço predominantemente masculino.

No contexto da pandemia, quando as atividades não podiam ser organizadas de forma presencial devido o isolamento social e a outras medidas sanitárias, as atividades esportivas, eventos políticos, atividades formativas tiveram uma pausa. No entanto, o grupo continuou atuando a partir de outros meios, através da escolinha de

⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 4 de agosto de 2017, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

⁸ Ver: SANTOS, J. A. S. dos; FORTES, L. (2022). O futebol depende de vocês: um estudo sobre a escolinha de futebol feminino do GAMI de Natal-Rio Grande do Norte. *In: Cadernos De Gênero E Diversidade*. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38816>. Acesso em 02, jun. 2023.

corde e costura, o GAMI passou fabricar centenas de máscaras de tecido para a população de Natal. Além disso, foram realizadas ações emergenciais de estratégias para a Promoção da Equidade Racial e o Enfrentamento a Pandemia do Covid-19, com o fornecimento de cestas básicas a centenas de famílias LGBT's e mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, isso com o apoio da fundação CESE - Projetos que mudam vidas.

Outro projeto que passou a ser desenvolvido no ano de 2019 pela instituição foi o Batuque de Mulheres. O Batuque de Mulheres do GAMI é um projeto de formação cultural, social e política voltado para Lésbicas, Bissexuais e Transexuais da Zona Norte de Natal. Ele promove atividades culturais de musicalização com integrantes que vivem em situação de vulnerabilidade social. A ideia de construir seu próprio batuque surgiu da constatação de que, culturalmente, no espaço da Redinha, durante o carnaval, o GAMI possui um bloco, o “SEM PRECONCEITO EU VOU!”, que percorre as principais avenidas do Bairro. No entanto, as organizadoras, notaram uma ausência de mulheres na percussão dos blocos e, frequentemente recebiam respostas de que, se desejassem mulheres tocando instrumentos de percussão, teriam que criar sua própria banda. Diante desse discurso direto e preconceituoso, e da vontade de ter uma banda percussiva tocando no seu bloco de carnaval, surgiu o Batuque de Mulheres.

Atualmente, o batuque é organizado pela musicista e percussionista Rafaela Brito, que já atuava como musicista na Vila de Ponta Negra e já tinha o desejo de construir um grupo de mulheres percussionistas. Desde então, o Batuque reúne mulheres jovens, adultas e idosas, mulheres plurais, com experiências e histórias distintas, proporcionando a elas força e apoio umas nas outras. Além de promover a transformação social, o projeto também busca a emancipação e independência na vida das mulheres que participam dele. O Batuque de Mulheres já participou do Bloco Sem Preconceito Eu Vou, da Campanha Por Vidas, do Seminário Estadual da Visibilidade Lésbica, de projetos apoiados.

Considerações finais

Após ter contato com as leituras, teorias e metodologias interseccionais do

feminismo negro, percebi que essas autoras destacam a necessidade de rever os estudos sobre mulheres racializadas no Brasil. Estudiosos, muitos deles homens e mulheres brancos heterossexuais-cis, que teorizam sobre racismo, gênero, sexualidade, feminismo e movimento LGBTQ+, têm reproduzido uma visão etnocêntrica, estigmatizada e, por vezes, equivocada da vivência e imagem da mulher negra periférica. Por muito tempo, as mulheres negras e as mulheres lésbicas negras foram retratadas na teorização acadêmica a partir da lógica da pobreza, marginalidade, opressão, sofrimento e subalternidade, enquanto poucos teorizam sobre sua resistência e protagonismo.

Com o objetivo de seguir caminhos diferentes na teorização acadêmica, a partir das ideias do feminismo negro, busquei realizar uma pesquisa que trouxesse a representação de mulheres lésbicas negras por meio do GAMI, propondo uma lógica de protagonismo. Essas mulheres são retratadas como agentes de transformação, que lutam diariamente contra os sistemas de opressão, como a lesbofobia, o racismo, o preconceito e a discriminação de gênero.

Considera-se que o GAMI trouxe uma contribuição significativa para as mulheres da Zona Norte de Natal ao longo desses 20 anos, proporcionando não apenas luta, mas também cidadania. Embora seja compreensível que lésbicas, bissexuais e mulheres negras enfrentam o peso do preconceito em suas vidas, o grupo tem ajudado a aliviar essa carga por meio de sua atuação nesse espaço. As atividades promovidas pelo GAMI estabelecem novas formas de sociabilidade para lésbicas e bissexuais, e atraem mulheres heterossexuais, apresentando-se como uma forma alternativa de lazer para lésbicas que são excluídas de espaços elitizados.

As formações políticas representam novas formas de produção do conhecimento político e fundamentam novas ideias dentro da periferia para a construção de um novo marco civilizatório para lésbicas populares. Elas envolvem a preparação de militantes, a educação política e a construção de autonomia para decidir sobre suas próprias representações. No entanto, a articulação política realizada pelo GAMI durante as formações visa à construção de uma cidadania plena.

Em suma, a existência do GAMI é resultado dos avanços e do movimento LGBTQ+ no Brasil, bem como da reconfiguração do feminismo, com destaque para o

feminismo negro-lésbico-interseccional, que tem conferido às mulheres negras periféricas um novo protagonismo. No entanto, é importante ressaltar que a história e o impacto do GAMI vão além do que foi aqui relatado e refletido, dada a sua multiplicidade de projetos, ações constantes, movimentos e organização.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do “falo”:** uma história (1920-1940). 2ª Edição. São Paulo: Intermeios, 2013.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade.** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/abstract/?lang=pt#> Acesso em 02, jun. 2023
- BLAUDT, Vanessa Lima, CAETANO, Marcio, RANGEL, Mary. Interseccionalidade lésbica? O apelo pelo desmonte de opressões. In. **Interritórios Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, v.6, n.10, 2020.
- CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Boitempo editorial, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506> Acesso em 02, jun. 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2008.
- FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas”?: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 80: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FACCHINI, Regina. É preciso conectar a política às estruturas de poder que incidem diretamente sobre a vida dos sujeitos. **Cult. Os 40 anos do Movimento LGBT no Brasil**,

São Paulo, n. 235, p.36-39, jun. 2018.

FALQUET, Jules. **De la cama a lacalle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha Lésbica. 2006.

FERNANDES, Marisa. **Ações Lésbicas**. (Orgs). GREEN, James N, QUINALHA, Renan, CAETANO, MÁRCIO, FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade**. In: GREEN, James, Renan Quinalha, GREEN, James N (Orgs). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFscar, 2015. p. 125- 149.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flavia, LIMA, Márcia, Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 3º ed. Editora Unesp, 2022.

GREEN, James N. **O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à Ditadura**. In: GREEN, James, Renan Quinalha, GREEN, James N (Orgs). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFscar, 2015. p. 177-201.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Travessia: caminhos da população trans na história**. QUINALHA, Renan. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 379-392

LIMA, Fátima. **Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas**. *Cadernos de gênero e diversidade*. v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. **As canoas e a navegação e a construção cerimonial de um waga**. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, p. 87-116, 1978.

MARTINEZ, Pilar Rodríguez. **Feminismos Periféricos**. *Rev. Sociedad & Equidad* n 2, p. 23-45, 2011.

MOURA, Elaine de Fátima Alves. **Organização política de lésbicas da cidade de Natal**. Natal: Top-Gráfica, 2008.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:(r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva. **As diferentes formas de expressão da homofobia e as variações nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa

de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos. Saúde mental de mulheres lésbicas em tempos de pandemia da Covid-19: uma análise sociológica dos impactos da homofobia familiar no contexto do isolamento social. *Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, v. 35, n. 1, 2023.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, p. 121-132, 2017.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, n.5, p.17-44. 2010.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. Lésbicas negras (re) existindo no movimento LGBT.

QUINALHA, Renan. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.331-346.

SANTOS, Émerson Silva. **A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2022.

SANTOS, J. A. S. dos; Fortes, L. (2022). O futebol depende de vocês: um estudo sobre a escolhinha de futebol feminino do GAM1 de Natal-Rio Grande do Norte. In: **Cadernos De Gênero E Diversidade**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38816>. Acesso em 02, jun. 2023.

SELEM, Marica Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SHAH, Alpa et al. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária 1. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 12, p. 1, 2020.

SILVA, Robson Aparecido da Costa. **O armário entre jovens gays no sertão do Pajeú**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL, 2022.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2017. Tese (Doutorado) - Doutorado (Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24026>. Acesso em 21 de dez. 2018.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k8vc4> . Acesso em 02, jun. 2023.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. 2014.

340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SIMÕES, Júlio A.; FACHINNI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil.** 278 f. Tese (Doutorado Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos), Núcleo de Estudos da Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

TREVISAN, João Silvério. **Amparo e Solidariedade: as novas frentes de luta e resistência da comunidade LGBT.** Cult. São Paulo, n. 235, p.40-43, jun. 2018.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos.** Barcelona: Editorial Egales, 2006.

Recebido: 16 Set 2023

Aceito: 06 Fev 2024